



Boletim de Legislação



EJEF - *escala que forma e informa*

Nº 827 – 30 de julho de 2025

Abrangência: 19/07/2025 a 25/07/2025

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.560	DOU; 24/07/2025	Dispõe sobre a Rede Nacional de Dados em Saúde e sobre as Plataformas SUS Digital e regulamenta o art. 47 e o art. 47-A, caput, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.	Dec. 12.560 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.561	DOU; 24/07/2025	Regulamenta o art. 1º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, para dispor sobre o cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social de competência da União	Dec. 12.561 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.562	DOU; 24/07/2025	Regulamenta o art. 9º e o art. 11 da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui o Plano Nacional de Cuidados.	Dec. 12.562 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.564	DOU; 27/07/2025	Regulamenta o art. 2º-I da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a verificação biométrica da identidade do trabalhador, o consentimento para tratamento de dados pessoais biométricos e o uso de assinaturas eletrônicas e digitais nas operações de crédito consignado com desconto em folha de pagamento para fins de contratação e averbação.	Dec. 12.564 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.174	DOU; 23/07/2025	Institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano.	Lei 15.174 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 15.175	DOU; 24/07/2025	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública.	Lei 15.175 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.176	DOU; 24/07/2025	Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.	Lei 15.176 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.177	DOU; 24/07/2025	Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais).	Lei 15.177 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.178	DOU; 24/07/2025	Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.	Lei 15.178 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.179	DOU; 25/07/2025	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (Lei do Crédito Consignado), para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais.	Lei 15.179 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/POLÍCIA FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 311	DOU; 21/07/2025	Disciplina as atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.	Instr. Normativa 311 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS E PERFIS GENÉTICOS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 11	DOU; 21/07/2025	Dispõe sobre a padronização e regulamentação do uso da Genealogia Genética Forense/Investigativa por parte dos laboratórios que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.	Res. 11 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 878	DJE/STF; 21/07/2025	Assegura às pessoas com deficiência que se candidatem aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Poder Judiciário o direito a condições adaptadas de realização das respectivas provas, notadamente as orais, com plena acessibilidade, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.	Res. 878 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 629	DJE/CNJ; 21/07/2025	Assegura às pessoas com deficiência que se candidatem aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Poder Judiciário o direito a condições adaptadas de realização das respectivas provas, notadamente as orais, com plena acessibilidade, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.	Res. 629 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 25.362	Minas Gerais 22/07/2025	Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 22.422, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.	Lei 25.362 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.363	Minas Gerais 22/07/2025	Acrescenta dispositivo ao art. 4º da Lei nº 15.457, de 12 de janeiro de 2005, que institui a Política Estadual de Desporto.	Lei 25.363 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.364	Minas Gerais 22/07/2025	Estabelece objetivos e diretrizes para a política estadual do cuidado.	Lei 25.364 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.367	Minas Gerais 22/07/2025	Altera a Lei nº 23.173, de 20 de dezembro de 2018, que institui o auxílio-saúde e o auxílio-transporte para os servidores do Poder Judiciário do Estado, e a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.	Lei 25.367 (Site da ALMG)

LEI Nº 25.368	Minas Gerais 23/07/2025	Autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e dá outras providências.	Lei 25.368 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.369	Minas Gerais 23/07/2025	Autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e dá outras providências.	Lei 25.369 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.374	Minas Gerais 23/07/2025	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 21.733, de 29 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.	Lei 25.374 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.376	Minas Gerais 23/07/2025	Altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, a Lei nº 20.629, de 17 de janeiro de 2013, e a Lei nº 20.818, de 29 de julho de 2013, para promover o enfrentamento da desinformação, da informação fraudulenta e das notícias falsas no Estado.	Lei 25.376 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.380	Minas Gerais 24/07/2025	Institui no Estado a política de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável.	Lei 25.380 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.384	Minas Gerais 25/07/2025	Dispõe sobre a disponibilização de vistoria cautelar veicular e sobre a vistoria de identificação veicular nas situações que especifica e dá outras providências.	Lei 25.384 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 155	DJE 25/07/2025	Avisa sobre a disponibilização do perfil "Unidade Externa" no Sistema eproc aos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais e aos Ofícios de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais.	Aviso Conj. 155 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.284	DJE 21/07/2025	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.284 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.285	DJE 22/07/2025	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mirai pelo período que especifica.	Port. 7.285 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.286	DJE 23/07/2025	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Abre Campo.	Port. 7.286 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.287	DJE 24/07/2025	Dispõe sobre recomposição de turmas recursais de grupos jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.287 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.288	DJE 24/07/2025	Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais	Port. 7.288 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.691	DJE; 21/07/2025	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 472, de 9 de dezembro de 2015, que "Dispõe sobre processos de trabalho, atividades, responsáveis e poderes para monitoramento, manutenção e restabelecimento da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ no âmbito do Poder Judiciário Estadual".	Port. Conj. 1.691 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.692	DJE; 25/07/2025	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.682, de 4 de julho de 2025, que "Autoriza o funcionamento e altera a composição da Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Contagem e Betim, criada e instalada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.044, de 3 de setembro de 2020"	Port. Conj. 1.692 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO Nº 31	DJE; 25/07/2025	Publica as novas vacâncias dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, ocorridas entre os dias 1º de janeiro e 30 de junho de 2025.	Aviso 31 (Site do TJMG)
AVISO Nº 32	DJE; 25/07/2025	Publica a lista geral de vacância dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, atualizada até 30 de junho de 2025, com indicação daqueles que estão aptos a serem oferecidos em concurso público, respeitado o critério de ingresso no certame (provimento ou remoção).	Aviso 32 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.482	DJE; 21/07/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Diamantina.	Port. 8.477 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.493 (EXTRATO)	DJE; 21/07/2025	Altera e acresce disposições à Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.216, de 8 de novembro de 2024, que "Avoca para a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ a competência de procedimento disciplinar, instaura Processo Administrativo Disciplinar e designa Comissão Processante".	Port. 8.493 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.494	DJE; 24/07/2025	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Conceição das Alagoas.	Port. 8.494 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.495 (EXTRATO)	DJE; 22/07/2025	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	Port. 8.495 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.496 (EXTRATO)	DJE; 22/07/2025	Instaura Procedimento de Investigação Criminal e designa Comissão de Investigação.	Port. 8.496 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.497	DJE; 24/07/2025	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Pará de Minas.	Port. 8.497 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.498	DJE; 23/07/2025	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.159, de 18 de setembro de 2024, que "Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Patrocínio".	Port. 8.498 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.499	DJE; 23/07/2025	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.940, de 3 de abril de 2024, que "Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de João Monlevade".	Port. 8.499 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.500	DJE; 23/07/2025	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.983, de 14 de maio de 2024, que "Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Sabará".	Port. 8.500 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.501	DJE; 24/07/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Betim.	Port. 8.501 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.502	DJE; 24/07/2025	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Pirapora e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.386, de 14 de abril de 2025.	Port. 8.502 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.503	DJE; 24/07/2025	Designa juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Iturama e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.250, de 4 de dezembro de 2024.	Port. 8.503 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.504	DJE; 25/07/2025	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais e na 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Inhapim, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 8.504 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 4	DJE; 21/07/2025	Recomenda a adoção de procedimentos para a correta utilização do BNMP 3.0 e imediato lançamento dos eventos "Auto de Prisão em Flagrante" e "Audiência de Custódia", especialmente durante a realização de plantões destinados à apreciação de habeas corpus e de outras medidas de natureza urgente.	Recom. 4 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.